



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680888 - CE (2021/0223108-0)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : ALINE CUNHA MARTINS
ADVOGADO : ALINE CUNHA MARTINS - CE036681
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : JOSÉ CLENIVALDO DA SILVA SALVES
OUTRO NOME : JOSÉ CLENIVALDO DA SILVA SALES
PACIENTE : MATEUS DA SILVA SALES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOSÉ CLENIVALDO DA SILVA SALVES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (0627451-74.2021.8.06.0000).

Os pacientes foram presos em flagrante instaurado no dia 10 de maio de 2021, referida prisão convertida em preventiva, pelas supostas infrações dispostas no art. 14 da Lei n. 10.826/2003 e 2º da Lei n. 12.850/2013. O Tribunal *a quo* indeferiu *Habeas Corpus* dos pacientes, sob justificativa de garantia de ordem pública.

A impetrante sustenta a ilegalidade da prisão preventiva, ao defender a ausência de provas suficientes de autoria, a ausência de provas suficientes de autoria, e do *periculum libertatis* porque não há indícios de que o acusado em liberdade ponha em risco a instrução criminal, a ordem pública ou a ordem econômica. Alega que é cabível a sua substituição por outra medida cautelar e que estão presentes os requisitos necessários para concessão da medida liminar, *periculum in mora* e o *fumus boni iuris*.

Requer, liminarmente, o deferimento da medida de urgência para cessar o constrangimento ilegal que sofre o paciente, mediante aplicação das medidas cautelares diversas da prisão. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a medida liminar, determinando, em consequência, a imediata liberdade do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração,

deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente